

NOTAS DOS EDITORES

A revista *Cadernos de Estudos Sociais* reafirma o compromisso no debate das ciências sociais e humanidades, em tempos difíceis de pandemia causada pelo novo coronavírus e do número alarmante de mortes no Brasil. O distanciamento social e as demais medidas sanitárias necessárias para conter o avanço do vírus exigiram novos e desafiadores formatos para realização do trabalho, em grande medida baseado na virtualidade a partir das tecnologias existentes. Contudo, terminamos o ano de 2020 cumprindo a entrega desse dossiê temático sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social.

Sem dúvida, trata-se de assunto de extrema relevância diante de um marco histórico tão importante e que demanda revisão no modo de vida que se impõe nas sociedades humanas. A pandemia tem explicitado os riscos advindos da forma pela qual nos relacionamos com a natureza não humana: desmatamento acentuado e destruição de ecossistemas para conversão em monocultura e pastos; confinamento e venda de animais silvestres; e modos de criação intensiva de animais para consumo humano, sem falar nos gases de efeito estufa e as alterações nos padrões climáticos e na geração de resíduos, principalmente plásticos. É um alerta e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de fortalecermos movimentos sociais que defendam políticas ambientais e redução de desigualdades sociais, assentados em compromissos éticos, na compreensão das subjetividades ecológicas e na necessidade de deslocamento na forma de pensar a crise ambiental.

A proposta desse dossiê surge no processo de organização do IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (IX Sapis) e do IV Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (IV Elapis), organizados pela Fundação Joaquim Nabuco e pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), contando com importantes apoios e parcerias. Os eventos ocorreram no Recife-PE, no período de 11 a 14 de dezembro de 2019, e tiveram como tema central “Áreas Protegidas e Inclusão Social em Cenários de Mudanças”. São eventos acadêmicos relevantes que tratam da temática da proteção ambiental e da inclusão social no Brasil e na América Latina, abordando assuntos atuais e complexos, com abordagem interdisciplinar a partir de olhares de diferentes segmentos da sociedade.

A escolha do tema esteve assentada em dois eixos interconectados. O primeiro diz respeito à alta probabilidade de que as mudanças do clima afetem o padrão de distribuição das espécies, trazendo a necessidade de um planejamento dinâmico na criação, implantação e gestão de Áreas Protegidas. O segundo eixo diz respeito às

mudanças na geopolítica global, imposição de modelos de desenvolvimento com alto peso na dimensão econômica, com impactos negativos nos arranjos de governança ambiental global, com agravamento em países cuja opção tem sido a do ultraliberalismo como proposta de desenvolvimento.

Os eventos contaram com 450 participantes entre os inscritos diretamente e os que participaram apenas dos eventos paralelos, envolvendo pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e de graduação, técnicos e gestores públicos, população residente e lideranças comunitárias de Áreas Protegidas, organizações governamentais e não governamentais. Foram 150 trabalhos aprovados, distribuídos em oito Grupos de Trabalho, com formatos de trabalho acadêmico ou relato de experiência, que buscam incentivar o envolvimento dos povos e comunidades tradicionais. Foram duas conferências, quatro mesas redondas, diversos eventos paralelos e cinco visitas técnicas, além de apresentações culturais e apoio a realização de feira colaborativa, construindo uma ambiência favorável a reflexões, interações e trocas de conhecimentos e saberes.

O desafio de incluir a dimensão social nas discussões sobre Áreas Protegidas, além da constatação da ausência de abordagens socioculturais no processo de criação desses espaços, suscitou a organização de um evento que pudesse acolher essas perspectivas, para além do enfoque conservacionista. Assim nasceu, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ), em parceria com outras instituições acadêmicas e da gestão pública, o Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, que nos anos de 2005 e 2006, tinha suas primeiras versões ainda em caráter regional.

A partir dos desdobramentos das discussões, em 2007, foi realizada a terceira edição do seminário sob a coordenação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, na cidade de Teresópolis, RJ. Nessa edição, o seminário passou a ser designado Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (Sapis) e nessa edição discutiu a temática “Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas”.

A quarta edição do Sapis aconteceu em Belém-PA, em 2009, sob a coordenação geral da Universidade Federal do Pará (UFPA), com o tema “Áreas Protegidas, Desenvolvimento e Inclusão Social no Brasil”, o que representou um convite à reflexão sobre as Áreas Protegidas e suas interfaces com o debate sobre sustentabilidade e sobre novas metodologias e abordagens que possibilitassem a inclusão dos distintos grupos e agentes sociais no processo de gestão das mesmas. O quinto Sapis, realizado no ano de 2011 em Manaus-AM, foi organizado pela Universidade Federal do Amazonas

(UFAM), sob a coordenação dos programas de Pós-Graduação em Geografia e Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia, e teve como tema central “Gestão Territorial e Inclusão Social em Áreas Protegidas no Brasil”.

Coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a parceria do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED/CNPq), realizou-se em Belo Horizonte-MG, no ano de 2013, a sexta edição do Sapis. O VI Sapis revisitou conceitos e temas já discutidos em suas edições anteriores, com um enfoque progressivamente direcionado à dimensão cultural e territorial e sua relação com as áreas protegidas tendo como tema central: “Áreas Protegidas e Inclusão Social: Cultura(s) e Tendências de Transformação do Território na América Latina”. Tal proposta evidenciou a indissociabilidade de elementos naturais e socioculturais relacionados à criação e gestão de áreas protegidas, contribuindo para estimular reflexões sobre caminhos que possibilitassem a compatibilização das estratégias de proteção da natureza com as demandas de desenvolvimento social, considerando também os interesses das populações afetadas pela existência dessas áreas, com o compromisso de valorização de cidadania nas políticas públicas de proteção da natureza.

Na sua sexta edição, o Sapis ampliou a sua abrangência nacional para internacional promovendo o I Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (I Elapis), como resposta à consolidação do evento no cenário nacional, a relevância dos trabalhos apresentados e a participação crescente de pesquisadores e estudantes dos demais países latino-americanos. O objetivo do I Elapis foi de facilitar a aproximação, o intercâmbio de experiências e maior compreensão das políticas de proteção da natureza nos países da América Latina, a partir de diferentes realidades vivenciadas por gestores, pesquisadores e distintos atores sociais envolvidos nas áreas protegidas, o que favoreceu o diálogo entre centros de pesquisa dedicados à temática da inclusão social e áreas protegidas e incentivou parcerias para o fortalecimento e a inovação dos estudos, às reflexões, pesquisas e práticas em curso.

No ano de 2014, foi realizada a sétima edição do Sapis, juntamente com o II Elapis, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis-SC, com o apoio de instituições públicas como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e organizações não governamentais, propiciando uma experiência singular de acolhimento e possibilidades aos seus participantes brasileiros e latino americanos. O tema escolhido para essa edição foi “Culturas e Biodiversidade: o presente que temos e o futuro que queremos”, refletindo a necessidade por problematizar as discussões sobre áreas protegidas e inclusão social e buscar caminhos conciliatórios nos debates acerca da temática.

Ao buscar promover a discussão sobre os temas da inclusão social e da diversidade cultural relacionados às áreas protegidas e aos territórios tradicionais, foi organizada pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ, em 2017, a oitava edição do Sapis e a terceira do Elapis, com a temática “Repensando Paradigmas Institucionais da Conservação”. A organização contou com a participação de programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, como o Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Direito PPGSD/UFF, o Programa de Pós-Graduação EICOS em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/IP/UFRJ, entre outros.

Vale destacar que, desde a sua constituição, a organização desses eventos tem base em universidades públicas, a partir de grupos de pesquisa envolvidos com a temática da conservação, o que tem lhe conferido um caráter de interdisciplinaridade, mas articula e acolhe em todo o processo instituições públicas de proteção ambiental, órgãos governamentais nas distintas esferas administrativas, organizações não governamentais e povos e comunidades tradicionais, fortalecendo o exercício do diálogo de saberes e de construção conjunta de conhecimentos.

O tema das Áreas Protegidas (AP) no Brasil passa por diferentes concepções e práticas ao longo do tempo. Um marco histórico foi a criação do Código Florestal, em 1934, principal instrumento legal que já delineava a perspectiva da preservação, mas também da conservação de áreas. Nos anos 1970, em plena ditadura militar, os instrumentos existentes são revisados e outros são criados, juntamente com novos arranjos institucionais, visando expandir a criação das AP para todo o Brasil. No entanto, é nos anos 1990 que vão se aprofundar discussões e se efetivar iniciativas no sentido de articular os diversos instrumentos e institucionalidades ligados à proteção da biodiversidade, caminhando para a criação de um sistema articulado. Essa perspectiva se concretiza, no ano 2000, com a aprovação da Lei 9985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em que são previstos 12 tipos de manejo de Unidades de Conservação, distribuídas nas categorias de proteção integral e de uso sustentável.

O SNUC e o Código Florestal (Lei n. 12.651/2012) são a base da proteção à biodiversidade, com desdobramentos em diversos outros campos do conjunto de elementos que compõe a base de sustentação da vida. Contudo, é importante destacar todo o empenho para assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação de biodiversidade, que passa a figurar como uma das diretrizes do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que foi instituído pelo Decreto n. 5758/2006. Mas é com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada por meio do Decreto n. 6040/2007, que se explicita tanto a garantia a seus

territórios e acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica, quanto a busca de solução para conflitos gerados pela implantação das Unidades de Conservação (UC) de proteção integral em seus territórios tradicionais.

Após duas décadas de implementação do SNUC, permanecem desafios fortes no que toca ao seu funcionamento, que englobam aspectos ligados à demora na regularização fundiária; diminuição do orçamento para viabilizar a gestão; equipes reduzidas e que não possuem profissionais nas diferentes áreas de formação compatíveis com os desafios existentes e que atendam à complexidade das questões envolvidas; lacunas na articulação entre as três instâncias federativas e fragilidades nos mecanismos efetivos de participação através de Conselhos Gestores no caso das Unidades de Conservação e de outros canais de diálogo e governança que permitam alcançar a todos os sujeitos sociais envolvidos. Além disso, apesar dos esforços realizados, falta muito para que se atinja toda a sociedade, contribuindo para mudanças de paradigmas, que coloquem a proteção no foco das políticas de desenvolvimento.

O contexto político pelo qual o país passa, agravou sobremaneira a crise ambiental. São muitas e significativas as propostas de alteração das Unidades de Conservação, seja em seus limites, mas também na categorização, cujas pressões vêm de obras públicas de infraestrutura, mas principalmente por mudanças no uso do solo (desmatamento, atividades agropecuárias e mineração), que atingem diretamente as terras indígenas e também quilombolas. A atual política ambiental brasileira tem exercido o desmantelamento das instituições ligadas à proteção ambiental, enfraquecido as equipes técnicas, com reflexos negativos nos processos de monitoramento e fiscalização. Além disso, as tentativas de diminuição ou requalificação de Unidades de Conservação estão cada vez mais presentes e por outro lado o processo de implantação das Unidades já existentes e a criação de novas, tem sido incipiente. Junte-se a esse quadro os cortes crescentes no orçamento, o que também contribui para ampliar a vulnerabilidade do Brasil no tocante à proteção da sociobiodiversidade.

As Áreas Protegidas são espaços de vida, de resguardo da biodiversidade do planeta, mas também das mais diversas culturas que co-evoluíram nessa longa trajetória de história biológica e história humana. São os mecanismos mais efetivos para conservar os ecossistemas terrestres e de água doce, garantindo bem-estar as comunidades e ao planeta. Além disso, desempenham um papel fundamental na estabilidade climática. Contudo, são muitos ainda os desafios para conseguir que as AP sejam vistas como elemento chave das políticas de Estado, de maneira horizontalizada e sistêmica, assim como pela sociedade em geral, como a função vital que desempenham na diversidade natural e cultural do planeta.

Esse Dossiê Áreas Protegidas e Inclusão Social reuniu trabalhos apresentados durante o IX Sapis e IV Elapis, em dezembro de 2019. Os autores foram convidados a elaborar trabalhos completos, a partir dos resumos expandidos apresentados no evento, os quais foram submetidos à revista e passaram por nova avaliação e editoração. As temáticas dialogam entre si perpassando desde uma visão internacional sobre a utilização e conflitos em territórios tradicionais de uso comum, como é o caso do artigo convidado ao debatedor Alejandro Espinoza, que participou do evento na Mesa Temática sobre os impactos do derramamento de petróleo no Nordeste Brasileiro, que estava em curso naquele momento, seguindo por outros novos conflitos existentes, como a instalação de módulos de energia eólica no entorno de Áreas Protegidas, discussões sobre territorialidades tradicionais, até relações entre turismo, comunidades e Áreas Protegidas.

O artigo mexicano “¿Cooperar o no cooperar? Crónica del dilema por el espacio compartido del Golfo de México”, de Dora E. Ramos-Muñoz e Alejandro Espinoza-Tenorio, traz o dilema da gestão dos bens comuns, a partir da teoria da cooperação em um espaço compartilhado entre o petróleo e a pesca em um contexto marítimo, em que o mar atua como o sistema no qual se encontram os recursos de uso comum. Mostra como o petróleo vem substituindo atividades como a pesca neste território e nos guia a prestar mais atenção nas políticas de desenvolvimento das atividades de petróleo e gás e sua relação com o meio ambiente, comunidades tradicionais e áreas protegidas.

“Terra indígena em disputa: a reterritorialização dos Potiguara na terra indígena Potiguara Montemor, Paraíba, Brasil”, de Ivys Medeiros Costa, Maristela Oliveira de Andrade, Alicia Ferreira Gonçalves e Maria Elena Martinez-Torres, apresenta, por meio de um trabalho etnográfico, a análise do processo de reintegração de posse em favor dos Potiguara, em uma disputa de terra que envolveu uma família detentora de poder econômico, usinas de cana de açúcar, e o Governo Federal, através da Fundação Nacional do Índio e do Ministério Público. Fica evidenciado o processo de disputa pelas terras ocupadas pelos Potiguaras desde as invasões coloniais portuguesas no século XVI e a ocupação efetiva do litoral paraibano, entre 1585 e 1634.

Dando seguimento, o artigo de Thaís Henriques Dias e Wilson Madeira Filho intitulado “Projeto Minas-Rio no entorno do Monumento Natural Serra da Ferrugem, MG, Brasil” aporta contribuições importantes nas discussões sobre política conservacionista e dinâmica de desenvolvimento. Tem como objeto de análise uma Unidade de Conservação Municipal, o Monumento Natural Serra da Ferrugem, localizada em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, que sofre com a

expansão da fronteira extrativa mineral. O trabalho evidencia como os processos de flexibilização, conjugados a manobras burocráticas, em detrimento da análise técnica e socioambiental dos empreendimentos que são observados, perfazem um padrão da atual política neoextrativista.

Com o artigo “Os conflitos na Resex da Prainha do Canto Verde/CE e sua relação com o Parque Eólico Praias de Parajuru”, Paulo Torres Junior, Maione Rocha de Castro Cardoso e Gil Célio de Castro Cardoso colocam em discussão a questão dos mercados globalizados e as transformações no espaço ambiental e cultural dos territórios ocupados por comunidades tradicionais e revelam como isso ocorre por meio de políticas públicas que incentivam o deslocamento de conglomerados industriais de zonas urbanas para áreas de uso tradicional, remodelando a dinâmica das populações afetadas. A pesquisa foi realizada tendo como estudo de caso a Resex da Prainha do Canto Verde/CE, dada a existência de parque eólico próximo ao seu território e permitiu aos autores gerar reflexões acerca da participação do Estado brasileiro no processo de geração de conflitos nas comunidades tradicionais, motivados por aspectos econômicos que alteram o significado dos valores e do patrimônio coletivo das comunidades tradicionais.

“Trilha Transcarioca: conservacionismo e uso tradicional em conflito” é o nome do artigo de Alba Simon e Isabel Regina da Cruz Caetano Silva que aborda a temática do turismo e dos conflitos socioambientais advindos do processo de implantação de uma trilha de longo curso, a Transcarioca, situada na cidade do Rio de Janeiro, que cruza o Parque Estadual da Pedra Branca, palco de conflitos evidenciados pela sobreposição do território com comunidades quilombolas. As autoras colocam em evidência a prevalência do modelo conservacionista na criação das AP frente a outras lógicas de apropriação e concepções de uso coletivo de territórios tradicionais, indicando que estas não os impedem, e podem contribuir com a integridade da biodiversidade. Além disso, apontam como essas práticas, quando incluídas nos mecanismos participativos e reconhecidos como legítimos nos processos decisórios de criação de AP trazem ganhos e fortalecem a gestão.

O artigo “Áreas protegidas e urbanização: o caso da APA da Ilha do Combú, Belém (PA)”, de Pekka Virtanen, discute o desenvolvimento da Ilha do Combú e a criação da APA, proposta por atores externos à comunidade. A ilha do Combú tem uma longa história de comércio de produtos extrativos, facilitado pela proximidade geográfica com Belém, o que diminui a dependência a intermediários. Atualmente, a economia está migrando do extrativismo caboclo, baseado em unidades familiares independentes e o acesso limitado ao transporte, para o turismo, considerado ameaça

pelos entrevistados da pesquisa. O extrativismo do açaí garantiu a conservação ambiental e a criação da APA, em 1997, serviu ao objetivo de manter essa situação contra o aumento da pressão da urbanização. Os resultados mostram que a criação da Apa não é suficiente para manter a localidade conservada. Problemas na capacidade do conselho gestor, crescimento da população, direcionamento ao turismo desordenado e a fraca capacidade de gestão da Apa levam o autor a apontar para impactos como o avanço da borda urbana e dificuldades de regeneração da floresta em açazais abandonados.

“Desafios e progressos na gestão dos Termos de Compromisso firmados entre o ICMBio e os quilombolas da Rebio do Rio Trombetas, Oriximiná/PA” é o título do artigo de Carlos Adriano Siqueira Picanço e Reinaldo Corrêa Costa. Os autores discutem a relação e conflitos entre a proteção integral e comunidades anteriormente instaladas no território, oferecendo uma análise do papel dos Termos de Compromisso (TC) firmados entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e as associações representativas dos coletores tradicionais de castanha-do-brasil, também conhecida como castanha do Pará, na Reserva Biológica (Rebio) do Rio Trombetas. Os coletores residem no interior e no entorno dessa Rebio e praticam o trabalho de coleta e comercialização desse produto dentro de seus limites e nas suas áreas à montante. Os autores apontam que ocorreram avanços com a assinatura dos TC, mas ressaltam que ainda há muitos conflitos pelo uso dos recursos naturais na UC em questão, uma vez que o trabalho de coleta da castanha-do-brasil é sazonal, ocorrendo apenas no período de fevereiro a maio. Assim, os quilombolas também reivindicam o uso de outros produtos florestais não madeireiros como a copaíba, andiroba, cipós, palhas e breu para fins de coleta e comercialização.

No trabalho “Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) como conciliação de interesse de Terras Quilombolas e Unidades de Conservação”, os autores Marcelino Conti de Souza, Wilson Madeira Filho e Lílian Regina Furtado Braga discutem a sobreposição de territórios quilombolas e UC na Amazônia, considerando ainda os conflitos com empreendimentos econômicos. Os autores discutem o direito de propriedade à terra e a luta pela titulação comunitária, a abrangência do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e a tese da dupla afetação. Advogam que a recategorização de UC pode ser realizada por diploma jurídico infralegal.

As Áreas Protegidas podem ser veículos de promoção da sustentabilidade ambiental e social e manutenção dos serviços ecossistêmicos nos territórios onde estão inseridas e desenvolvimento de suas comunidades. Incidem desde a conservação dos processos e ciclos que dão sustentação à vida, inclusive no controle de pragas e doenças; na prevenção de desastres naturais e na adaptação e mitigação às mudanças

climáticas. Também desempenham importante papel na manutenção de modos de vida e saberes dos povos e comunidades tradicionais, assim como meio de produção e subsistência para eles e para os que moram nas vizinhanças. É relevante ainda mencionar a oportunidade que a variedade de Áreas Protegidas existentes – e as que possuem potencial para serem criadas, seja no âmbito federal, estadual e municipal, inclusive as no meio urbano – têm para reaproximar as pessoas dos ecossistemas, gerando relações diferenciadas e incidindo no bem-estar físico e emocional.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Beatriz Mesquita

Edneida Cavalcanti

Editoras temáticas da *Revista Cadernos de Estudos Sociais*